UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Direito

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Nome da Disciplina: Tópicos de Direito Empresarial - "Arbitragem: Do Setor Privado ao Setor Público"

Disciplina ministrada pelo Professor Marcelo Andrade Féres

Código: DIC073 Departamento: DIC

Tipo: ◯ Obrigatória ◉ Optativa ◯ Outros

Carga Horário Total: 60 Hora/Aula Créditos: 04 Período: ------

Pré-requisitos / Conhecimentos prévios:

Processo Civil I e II, e Direito Empresarial I e conhecimento de inglês.

Número de vagas: 20

Ementa:

A arbitragem constitui um meio adequado de solução de controvérsias, surgido para solução de demandas entre particulares e, mais recentemente, alcançou a Administração Pública. Nesse cenário, há particularidades na Arbitragem com o Estado e a presente disciplina busca uma análise crítica de toda a temática da Arbitragem à luz da participação estatal.

UNIDADES DE ENSINO

Unidades

Unidade 1: 1-A arbitragem: alguma história; 2- A arbitragem no contexto atual dos métodos adequados de solução de controvérsias; 3- Arbitrabilidade subjetiva e objetiva: do setor privado ao público; 4- Princípios da arbitragem: do setor privado ao público; 5- Convenção de arbitragem: do setor privado ao público; 6- Árbitros: do setor privado ao público; 7- Indicação de árbitros: do setor privado ao público; 8- Procedimento arbitral; 9- Estabilização da demanda na arbitragem; 10-

Unidade 2: 1-Arbitragem e relacionamento com o Poder Judiciário; 2- Invalidação da sentença arbitral; 3-Cumprimento da sentença arbitral: do setor privado ao setor público; 3- State investor arbitration; 4- Arbitragem internacional e homologação de sentença arbitral estrangeira; 5- Arbitragem entre Estados; 6- Arbitragens temáticas

Bibliografia básica:

CAHALI, José Francisco. Curso de Arbitragem. São Paulo: RT, 2022.
MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

Bibliografia complementar:

BANSAL, Ritika. Need for implied transparency in investment arbitration [comments]. New York University Journal of International Law and Politics, Vol. 54, Issue 1, p. 221-234. 2021.
BINENBOJM, Gustavo. O princípio da publicidade administrativa e a eficácia da divulgação de atos do poder público pela internet. Revista Eletrônica de Direito do Estado. Salvador. n. 19.